

Política de acessibilidade na Universidade Federal de Goiás: construção do documento

Vanessa Helena Santana Dalla Dea*
Cleomar de Sousa Rocha**

Resumo

A inclusão e permanência de discentes com deficiência no ensino superior é um desafio que requer das instituições uma política específica que considere todas as dimensões da acessibilidade. Este trabalho tem como objetivo apresentar o processo de escrita e os eixos da política de acessibilidade da Universidade Federal de Goiás. Trata-se de uma investigação qualitativa e descritiva, realizada na perspectiva de estudo de caso. Descritiva, no que diz respeito aos passos e etapas que constituíram a base de escrita do documento; qualitativa, na aproximação crítica do seu resultado. Como conclusão, o artigo aponta para os oito eixos com metas e ações diversas que espelham a complexidade das relações de pessoas com deficiência no espaço e vida universitária.

Palavras-chave: inclusão; ensino superior; acessibilidade.

The writing process and the axes of the Accessibility Policy of the Universidade Federal de Goiás

Abstract

The inclusion and permanence of students with disabilities in higher education is a challenge that requires from institutions a specific policy that considers all the dimensions of accessibility. This paper aims to present the writing process and the axes of the Accessibility Policy from Goiás Federal University. It is a qualitative and descriptive research, performed in a case study perspective. Descriptive with regard to steps and stages which established the writing base of the document, qualitative in the critical approximation of its result. In closing, the article points to the eight axes with various goals and actions that reflect the complexity of the relationships of people with disabilities in the space and life inside the university.

Keywords: inclusion; higher education; accessibility.

* Doutora em Educação Física, Adaptação e Saúde pela Unicamp. Diretora do Núcleo de Acessibilidade da Prograd/UFG e Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica Cepae/UFG. E-mail: vanessaaquatica@gmail.com

** Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Coordenador do MediaLab/UFG. E-mail: cleomarrocha@gmail.com

Introdução

As pessoas com deficiência têm direitos que garantem sua inclusão no ensino superior. No entanto, é preciso entender esse fato como algo além de, simplesmente, um direito garantido por lei. A inclusão e a diversidade devem ser entendidas como valores para a sociedade contemporânea, principalmente para as instituições de ensino superior, as quais deveriam priorizar o ensino de qualidade para todos os alunos, provendo o acesso à formação, informação e conhecimento, aprimorando os sistemas educacionais com vistas a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizado.

Temos vivenciado um aumento significativo do número de discentes com deficiência no ensino superior no Brasil, com avanços expressivos nas últimas décadas. No entanto, para a permanência e o sucesso desses alunos, é preciso rever os processos educativos, a fim de que o exercício da cidadania seja viabilizado e a exclusão, combatida, preparando o ambiente para receber pessoas com diferentes características, minimizando as lacunas ainda presentes entre os direitos adquiridos e a efetivação do acesso e permanência desses alunos (SIQUEIRA; SANTANA, 2010). Felicetti e Morosini (2009) destacam que as instituições de ensino superior devem minimizar e extinguir os obstáculos de acesso, participação e resultados para todos os discentes, independentemente de seu gênero, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências.

A inclusão de discentes com deficiência no ensino superior tem sido um desafio, o qual somente será superado a partir do momento que se criar ações capazes de, efetivamente, considerar a complexidade dos sujeitos e de suas relações cotidianas. Para isso, as ações não devem ser pensadas de forma isoladas, mas, sim, buscando-se o planejamento criterioso de uma ampla política de inclusão, ingresso e permanência das pessoas com deficiência (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Rocha e Miranda (2009) relatam que, para reduzir a exclusão dos discentes com deficiência, as instituições devem considerar seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem. Para isso, a sociedade em geral e a comunidade acadêmica precisam conhecer as diferenças, dividindo espaços com a igualdade e a diversidade, e a universidade deve propor ações e intervenções que busquem transpor barreiras e permitir não apenas o acesso desses alunos, mas também sua permanência, provendo condições que visem à aprendizagem.

Sassaki (2009) apresenta as dimensões da acessibilidade para as pessoas com diferentes deficiências, as quais vão muito além dos aspectos

arquitetônicos, envolvendo também as dimensões comunicacional (barreiras na comunicação entre as pessoas), metodológica (barreiras didático pedagógicas, de métodos e técnicas), instrumental (barreiras relativas a instrumentos, ferramentas, utensílios e tecnologias), programática (barreiras embutidas em políticas, legislações, normas e projetos) e atitudinal (preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações).

No sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades, da educação básica à superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências. Estas ações devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação e nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008, p. 16; BRASIL, 2015, p. 7).

Pode-se verificar no *Documento orientador Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior - Secadi/Sesu-2013*, que compete aos gestores da educação superior

o planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência. (BRASIL, 2013a, p. 12).

No mesmo documento, as orientações aos gestores da educação superior são mais explícitas:

As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis. (BRASIL, 2013a, p. 12).

A Universidade Federal de Goiás (UFG) vem desenvolvendo sua política de acessibilidade desde 2008, com a criação do Núcleo de Acessibilidade, tendo em vista o debate dos valores democráticos na universidade e o compromisso desta com a justiça social. Com a necessidade de se efetivar

uma política ampla na UFG, em 2014 foi criado o Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás (SINAce), do qual fazem parte as pró-reitorias e órgãos da instituição que possuem relação com as diversas dimensões da acessibilidade, representantes dos servidores e discentes com deficiência e representantes dos núcleos de acessibilidade das regionais da UFG (Goiânia, Jataí, Catalão e Cidade de Goiás).

Percurso metodológico

Este artigo tem como objetivo apresentar o processo de criação desse documento, assim como as metas contidas nele, relativas às diferentes dimensões da acessibilidade no ensino superior. Apesar de que diversas ações de acessibilidade já aconteçam na UFG, sentimos necessidade de formalizar e institucionalizar a política de acessibilidade por meio da escrita de um documento com diretrizes, metas e ações que garantam a inclusão e a permanência e fomentem o aprendizado dos discentes com deficiência.

Como apontado, este estudo relata uma investigação qualitativa e descritiva, realizada na perspectiva de estudo de caso. A partir desta caracterização de abordagem, são descritas as fases de desenvolvimento do documento, sintetizadas na etapa descritiva do texto. Inicialmente, faremos uma pesquisa bibliográfica para contextualização teórica sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior, cujo resultado estará distribuído por todo o trabalho. Segue-se a descrição pontual do processo de escrita do documento de política de acessibilidade da UFG, incluindo dados quantitativos das reuniões, e a identificação dos atores do processo. Finalmente, o percurso se completa com a descrição e a discussão dos eixos da política e de suas metas e ações.

Estudam na UFG 189 alunos com deficiência, sendo 57 com deficiência auditiva (dentre eles, 27 surdos), 52 com deficiência física (dentre eles, 4 usuários de cadeira de rodas), 19 com deficiência intelectual (dentre eles, 2 com síndrome de Down), 36 com deficiência visual (dentre eles, 2 são cegos) e 5 com síndrome de Asperger.

No processo de criação do documento da política de acessibilidade da UFG, foram realizadas 31 reuniões. Todo esforço de criação desse documento foi de fundamental importância para a inclusão e permanência das pessoas com deficiência nessa instituição, fomentando o seu aprendizado. Por meio dele iremos valorizar, incentivar e institucionalizar ações dos diversos órgãos da UFG que favorecerão a acessibilidade nas suas diferentes dimensões.

Com o objetivo de formalizar e fortalecer a política de acessibilidade da UFG, foi criado em 2014, por meio da Resolução 43/2014 do Consuni, o Sistema Integrado de Núcleos de Acessibilidade da UFG (Sinace), com representantes de diversos órgãos, pró-reitorias e pessoas da instituição com deficiência. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam a importância de uma política de acessibilidade que envolva os diferentes setores da universidade.

Eixos temáticos

Assim, para a construção desse documento, inicialmente foram criados, com os representantes que integram o Sinace, grupos de trabalhos relativos a oito eixos temáticos. Para sistematização das metas e ações de cada eixo, os grupos de trabalho foram formados com a seguinte composição: Eixo 1 – Acessibilidade - Inclusão e Permanência: Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária, Centro de Seleção e Núcleo de Acessibilidade (NA); Eixo 2 – Infraestrutura Acessível: Centro de Gestão do Espaço Físico, docente com deficiência e NA; Eixo 3 – Acessibilidade Pedagógica e Curricular: Pró-Reitoria de Graduação, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicado à Educação, aluno com deficiência e NA; Eixo 4 – Acessibilidade Comunicacional e Informacional: Sistema de Bibliotecas, Faculdade de Letras e Libras, intérpretes da UFG e NA; Eixo 5 – Catalogação das Informações Sobre Acessibilidade: Centro de Recursos Computacionais, técnico de tecnologias assistivas e NA; Eixo 6 – Ensino, Pesquisa e Inovação em Acessibilidade: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação, Centro Integrado de Aprendizagem em Rede (CIAR), Media Lab e NA; Eixo 7 – Extensão e Acessibilidade: Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e NA; Eixo 8 – Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade: Pró-Reitoria de Administração e Finanças, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos, Departamento de Recursos Humanos e NA.

Todos os órgãos que compõem o Sinace fazem parte da UFG em Goiânia, tendo em vista que os pró-reitores e diretores desta dirigem as regionais da instituição. No entanto, representantes desses órgãos também estão presentes em cada uma das regionais no interior do estado, sendo responsáveis pelas ações nas cidades de Catalão, Jataí e Goiás. Como os alunos estão divididos por regionais, a etapa seguinte da estruturação do documento foi realizada nas regionais. Assim, após uma estruturação mínima, juntamente com esses

órgãos, o documento foi apresentado para os núcleos de acessibilidade das regionais, que puderam discuti-lo com seus pares e fazer contribuições.

Em seguida, o documento foi apresentado na íntegra, em três rodadas de conversa com alunos da UFG com deficiência física, visual, auditiva e intelectual, cabendo a eles verificar se as metas e ações apresentadas atendiam às suas necessidades e minimizavam as barreiras da inclusão, permanência e aprendizado no ensino superior.

Após a aprovação pelos alunos, o documento foi apresentado em um curso de formação de professores e técnico-administrativos, bem como em conselhos diretores de diferentes unidades da UFG, considerando-se e agregando ao documento todas as sugestões apresentadas. Nesse momento, a realidade de ação dos docentes e técnicos da instituição foi levada em conta, fazendo-se as adequações necessárias e cuidando para que o documento agregasse uma política exequível, sem, no entanto, desconsiderar os direitos dos alunos.

No texto de introdução da política de acessibilidade, foi apresentado um breve histórico dos órgãos de busca pela acessibilidade na UFG, bem como os pressupostos básicos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e algumas legislações fundamentais para a inclusão, permanência e aprendizagem dos discentes com deficiência na UFG. São elas: Constituição Federal/88, Aviso Circular nº 277/9, Decreto nº 3.956/01, Lei nº 10.436/02, Portaria nº 2.678/02, Portaria nº 3.284/03, ABNT NBR 9.050/04, Decreto nº 5.296/04, Decreto nº 5.626/05, Programa Incluir (2005), Convenção da ONU (2006), PDE (2007), Brasil (2008), Decreto nº 6.949/09, Decreto nº 7.234/10, ConeB (2008), Conae (2010), Decreto nº 7.611/11, Lei nº 12.764/12 e Lei nº 13.146/15.

Posteriormente, o documento foi apresentado na íntegra para todos os representantes do Sinace, sendo debatido em três reuniões. Nesse momento, todos tomaram conhecimento do que foi discutido em cada eixo, podendo ponderar e acrescentar novos elementos. Ao todo, foram 31 encontros para formulação, revisão e reformulação desse documento. Um trabalho minucioso, para que nele estejam presentes as ações já existentes na UFG, em prol da acessibilidade, e ações possíveis de ser realizadas que atendam aos direitos legais dos alunos, servidores e comunidade em geral com deficiência.

Inclusão e permanência

O documento da Política de Acessibilidade da UFG é composto de oito eixos. Cada eixo tem suas metas e cada meta, suas ações. O primeiro

eixo, denominado “Acessibilidade: Inclusão e Permanência”, foi dividido em três metas. A primeira delas diz respeito à ampliação do número de discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação no âmbito da UFG. Nesta meta foram prospectadas ações que buscam acessibilidade em curso pré-universitário inclusivo; escrita de um documento ao MEC para efetividade da acessibilidade na prova do Enem; aprimoramento dos procedimentos adotados na confecção, aplicação e correção das provas dos concursos e processos seletivos da UFG; discussão da possibilidade de reserva de vagas às pessoas com as diferentes deficiências em todos os cursos da UFG e na educação básica; e cumprimento da lei de Cotas nos concursos.

Segundo Felicetti e Morosini (2009), para proporcionar a igualdade de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior é preciso oferecer melhores condições no ensino nos níveis anteriores ao ensino superior. Assim, no eixo “Extensão” são apresentadas – e já são realizadas – ações de eventos de formação de professores da educação básicas, com escolas e instituições que atendem pessoas com deficiência.

A meta 2 do eixo “Inclusão e Permanência” visa à realização de ações que favoreçam a permanência dos alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Entre essas ações, estão a apresentação de formas de avaliação para assistência estudantil que considerem a realidade social e específica das pessoas com deficiência, com cotas específicas no número de bolsas e ações de assistência; implementação de assistência específica nos restaurantes universitários (acessibilidade arquitetônica e serviço de preparação de prato); busca de melhores condições de transporte público acessível e discussão de ações para permanência. As ações ligadas a medidas de apoio e acompanhamento dos alunos de origem socioeconômica nos extratos de baixa renda podem contribuir significativamente para a equidade no ensino superior (FELICETTI; MOROSINI, 2009).

A terceira meta diz respeito ao estabelecimento de convênios com instituições especializadas e/ou representativas, bem como parcerias intrainstitucionais, tendo em vista a prestação de serviços para os alunos com deficiência e assessorias para os serviços prestados na UFG. Entre as ações, estão a articulação de reuniões com órgãos federais, estaduais e municipais, e também com empresas, ONGs e entidades representativas de pessoas com deficiência no estado de Goiás, tendo em vista articulações, ações e encaminhamentos para apoio às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Busca-se, ainda, estabelecer canais de comunicação com a comunidade universitária com deficiência, para orientar a otimização de recursos disponíveis e o atendimento prioritário em alguns órgãos da UFG, tais como Hospital das Clínicas, Projeto Saudavelmente, Atendimento Clínico do Curso de Psicologia, Centro de Línguas e Centro de Práticas Corporais. A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) dispõe que os serviços oferecidos pelas instituições de ensino superior devem dar atendimento preferencial à pessoa com deficiência. Existem, na universidade, diversos serviços que podem auxiliar a inclusão e permanência dos alunos com deficiência. A mesma lei apresenta a necessidade de atendimento educacional especializado para a inclusão da pessoa com deficiência, e as instituições especializadas podem ser ótimas parceiras e assessorar o processo de inclusão na universidade.

Infraestrutura acessível

O segundo eixo da Política de Acessibilidade da UFG é “Infraestrutura Acessível”. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam que a acessibilidade física é a primeira a ser lembrada em pesquisas com alunos com deficiência do ensino superior, e isso se deve à própria condição de mobilidade reduzida. Diminuir essas barreiras é um importante passo para a melhora da acessibilidade.

A primeira meta do eixo “Infraestrutura Acessível” é a elaboração de um programa de construção, reformas e/ou adaptações e manutenção das instalações e equipamentos da UFG, conforme os princípios do desenho universal, realizando-se ações que minimizem as barreiras arquitetônicas até que estas sejam eliminadas. Para se atingir essa meta, planejam-se as seguintes ações: realizar levantamento das instalações e equipamentos com restrição da autonomia e, também, dos obstáculos arquitetônicos; priorizar rampas a elevadores e escadas, sempre que possível; realizar troca de salas para alunos com mobilidade reduzida, a fim de tornar o local das aulas mais próximo; e marcar mobiliário e computadores preferenciais para pessoas com deficiência, respeitando sempre a livre escolha, mas garantindo o espaço adequado.

A segunda meta busca construir as sedes dos núcleos de acessibilidade nas regionais da UFG, tendo como principais ações verificar a disponibilidade de espaços, fazer projetos de sedes para regionais e buscar recursos financeiros para sua execução. A terceira meta é construir rotas acessíveis nos câmpus da UFG. Com esse objetivo, será feito um levantamento das principais rotas de circulação de pessoas com deficiência, bem como a projeção e

sinalização de rotas acessíveis por meio de mapa tátil. A quarta meta do eixo “Infraestrutura Acessível” visa reservar e sinalizar as vagas de estacionamentos da UFG (próximas dos acessos de circulação de pedestres) para veículos que transportam pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, desenvolvendo-se ações complementares como a conscientização do respeito às vagas de estacionamento e o acesso a carros de alunos com deficiência, devidamente sinalizados, em estacionamentos específicos para professores e funcionários.

Acessibilidade pedagógica

O terceiro eixo diz respeito à “Acessibilidade Pedagógica e Curricular”. Considerando-se que essa política se refere ao meio educacional, este é um eixo fundamental e amplo, tendo em vista o objetivo de permanência e aprendizagem. Fazem parte desse eixo as adaptações e adequações didático-pedagógicas; para isso, é necessário que o docente tenha informações e suporte, e também que sejam criadas formas de solucionar os problemas de acessibilidade dos alunos ao conhecimento (SIQUEIRA; SANTANA, 2010; CASTANHO; FREITAS, 2006).

Neste terceiro eixo, a política estudada tem apenas uma meta, que, no entanto, é ampla e complexa: garantir a acessibilidade pedagógica e curricular dos discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência nas atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão. Entre as ações propostas, estão: adquirir e adequar mobiliários para acessibilidade; incentivar a publicação de materiais bibliográficos e didático-pedagógicos para a inclusão, na UFG e em diferentes núcleos de acessibilidade; implementar um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, por meio de estudos de caso que atendam às características dos estudantes com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, visando garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade e autonomia; e buscar, junto ao MEC, vagas para professores de apoio, intérpretes de Libras e equipe interdisciplinar, para atuar no ensino superior e na educação básica.

Busca-se, neste eixo, garantir adaptações pedagógicas e avaliativas que considerem a singularidade da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tais como: dilatação de tempo de avaliação; prova individualizada, oral, sinalizada, ampliada, em braile ou em Libras, com recurso de tecnologias assistivas e permanência do

professor de apoio ou intérprete de Libras em sala; ampliação do tempo de integralização do curso; e disponibilização de material pedagógico coerente com os sistemas de computação de acessibilidade, entre outros.

São propostas ainda, neste terceiro eixo, as seguintes ações: implementar projeto de auxílio acadêmico aos estudantes com deficiência, realizado por colega/bolsista que atua como mediador das relações entre educador e educando, e prestar apoio nas atividades realizadas; realizar reuniões com docentes e participar de conselhos diretores, a fim de esclarecer o papel do professor como responsável pelo processo de aprendizagem de todos os seus alunos, tendo os professores de apoio e intérpretes como mediadores desse processo; realizar acompanhamento pedagógico dos alunos que utilizam o Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI); estudar e implantar a inclusão, nos cursos de nível superior, de conteúdos curriculares com temas relacionados à pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; oferecer cursos de extensão (em Libras, braile etc.) com a participação de pós-graduandos; desenvolver projetos de pesquisa e extensão, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, para a implantação de escolas públicas bilíngues em Goiânia e no interior; promover reuniões com docentes, no intuito de orientar e oferecer apoio e suporte pedagógico para o desenvolvimento de projetos de ensino (Resolução nº 33/2014),¹ auxiliando nos estudos dos acadêmicos, entre outros.

Acessibilidade comunicacional

O quarto eixo da Política de Acessibilidade da UFG refere-se à “Acessibilidade Comunicacional e Informacional”. Rocha e Miranda (2009) relatam que as tecnologias de informação e comunicação têm promovido mudanças e avanços significativos na sociedade e nos setores produtivos; no entanto, no setor educacional ainda há muito o que progredir, necessitando-se de investimentos e estudos.

Este quarto eixo é composto de três metas. A primeira diz respeito à garantia de acessibilidade informacional, com a implantação e implementação do Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) nas regionais, por meio de ações como: ampliar o trabalho no LAI, buscando recursos finan-

¹ A Resolução Consuni nº 33 da UFG, de 2014, visa ao incentivo à orientação de alunos com deficiência, por professores da UFG, com pontuação para progressão na carreira equivalente à pontuação dada a um artigo de Qualis A1.

ceiros e estruturais para compra de novos equipamentos; oferecer serviços de digitalização, conversão e ampliação de materiais bibliográficos impressos e digitais; oferecer computadores adaptados com *softwares* leitores e ampliadores de tela, equipamentos para impressão em braile, lupa ampliadora digital portátil, *escanner* leitor de livros, *escanner* digitalizador de imagens e folheador de páginas, entre outros equipamentos e serviços de acessibilidade no LAI; ampliar o número de profissionais efetivos para o atendimento no LAI; buscar a aquisição, desenvolvimento e disponibilização de materiais didático-pedagógicos e bibliográficos acessíveis (por exemplo, gravações em Libras e audiodescrição), conforme demanda identificada e/ou solicitada; realizar a articulação entre as universidades do Brasil para desenvolvimento de sítios eletrônicos voltados para armazenamento e disponibilização de materiais bibliográficos acessíveis já produzidos; implementar o projeto Biblioteca Acessível, em parceria com as bibliotecas setoriais da UFG (sinalização interna e externa; realocação de espaços individuais e para pesquisa; banco de dados; e repositório nacional de material digital – livros, apostilas e aplicativos diversos).

Castanho e Freitas (2006) relatam que, no contexto universitário, para que a inclusão aconteça, o aluno com deficiência necessita de atendimento de suas necessidades educacionais especiais; para isso, é fundamental que a instituição possua quadro de pessoal, tecnologia assistiva e formação dos professores e profissionais.

A segunda meta busca melhorar a acessibilidade aos sítios eletrônicos da UFG, com ações como: implementar barras de acessibilidade nas páginas e portais da UFG; adquirir e criar ferramentas de acessibilidade utilizando os padrões W3C e e-MAG; e implantar um sistema para acessibilidade na *web* que possibilite a personalização das páginas, tornando-as mais acessíveis para todo e qualquer usuário, considerando o *design* universal.

A terceira meta tem como objetivo garantir a acessibilidade comunicacional dos discentes, docentes e técnico-administrativos com deficiência nas atividades administrativas e de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Para atingir esse objetivo, estão planejadas ações como: acompanhar a contratação de intérpretes de Libras e de docentes para a disciplina de Libras; disponibilizar serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras; efetivar a interpretação de Libras em eventos científicos, acadêmicos e comemorativos; disponibilizar a interpretação em Libras de textos e conteúdos nos portais da UFG; oferecer serviços de interpretação Libras/português (e vice-versa) por intérpretes, para estudantes e servidores surdos,

nos diferentes órgãos, pró-reitorias e bibliotecas da UFG; implementar o módulo relativo às necessidades educacionais especiais, no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica, para comunicação entre os alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e os núcleos de acessibilidade.

Romeiro, Oliveira e Silvério (2014) relatam que a contratação de intérpretes de Libras nas universidades federais tem aumentado significativamente, que as demandas vão muito além da sala de aula e que o trabalho desses profissionais junto aos docentes é fundamental para a inclusão do surdo neste ambiente.

Catálogo de informações

O quinto eixo trata da “Catálogo das Informações sobre Acessibilidade”. Para que se possa atuar adequadamente e criar ações que melhorem a acessibilidade na UFG, é fundamental conhecer a realidade dos alunos e da instituição. Esse eixo engloba três metas, e a primeira busca aperfeiçoar os sistemas de caracterização das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desenvolvendo ações voltadas para atualização do cadastro dos docentes, técnico-administrativos e terceirizados, discentes de graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu*, e discentes da educação básica da UFG.

A segunda meta desse eixo busca catalogar informações sobre a realidade acadêmica de discentes, docentes, técnico-administrativos e terceirizados com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, para acompanhar e implementar políticas e ações da UFG voltadas para o conhecimento dessa realidade. A terceira meta visa incentivar a criação de um observatório da política institucional de acessibilidade, com ações como: buscar junto ao MEC informações sobre o Sisu, para a criação de indicador de impacto/quantidade de vestibulandos e matriculados por ano; criar indicador de meta/quantidade de núcleos de acessibilidade implantados na UFG; e implantar indicadores de processos/recursos financeiros investidos, materiais didático-pedagógicos disponibilizados, número de projetos elaborados e quantidade de profissionais para inclusão, entre outros.

Ensino, pesquisa e inovação

O sexto eixo da política de acessibilidade da UFG tem como tema “Ensino, Pesquisa e Inovação em Acessibilidade”. Rocha e Miranda (2009), ao analisar as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência numa universidade federal, dizem que é possível verificar o despreparo dos profissionais para proporcionar um atendimento adequado a esses alunos. Siqueira e Santana (2010) relatam que, para que a inclusão de alunos com deficiência aconteça, é preciso que se conheçam as condições, habilidades e dificuldades dessas pessoas. Castanho e Freitas (2006) também afirmam que a capacitação da comunidade universitária é fundamental para que, no ensino superior, os direitos das pessoas com deficiência sejam efetivados.

Este sexto eixo busca levar conhecimento e desenvolver pesquisas, preenchendo as lacunas da formação na universidade. A primeira meta visa desenvolver cursos sobre temas da acessibilidade (e/ou a eles relacionados) para discentes e servidores da instituição, desenvolvendo ações como: criar mecanismos de incentivo à formação em educação inclusiva para docentes; efetivar a realização de cursos de Libras, braile e Sorobá para discentes e servidores da instituição, conforme a demanda identificada e/ou solicitada; planejar cursos de especialização em Libras e em educação inclusiva, semipresencial e/ou a distância; acompanhar a inclusão da disciplina Libras nos projetos pedagógicos de cursos, conforme determina o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005; apresentar o Sinace, os núcleos de acessibilidade, o Laboratório de Acessibilidade Informacional (LAI) e o Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA) no Programa Formação para a Docência no Ensino Superior e no Seminário de Integração de novos técnico-administrativos da UFG; acompanhar e assessorar os projetos pedagógicos dos cursos, contemplando aspectos relativos à diversidade humana, conforme as orientações legais da acessibilidade e os princípios estatutários da UFG; oferecer suporte didático-pedagógico e tecnológico aos coordenadores e professores das unidades da UFG, para facilitar e garantir a inclusão dos discentes com deficiência (por exemplo, com a disponibilização de livros digitalizados para pessoas com deficiência visual e a adaptação dos procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem).

A segunda meta busca incentivar a articulação entre grupos de pesquisas em educação inclusiva e acessibilidade, visando ao desenvolvimento de pesquisas colaborativas e a constituição de redes de pesquisa. Nesse sentido, implementará ações para apresentar propostas às agências de fomento;

realizar projeto de pesquisa para detectar as barreiras na UFG; apoiar projetos de ensino e pesquisa inovadores na área de acessibilidade e inclusão; e articular, nos cursos de pós-graduação e programas de mestrado e doutorado da UFG, professores que discutam a educação inclusiva, para a criação de um mestrado interdisciplinar na área.

Na terceira meta, o objetivo é implantar um programa de desenvolvimento e transferência de tecnologias assistivas às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desenvolvendo ações para apoiar a implementação do Núcleo de Tecnologias Assistivas (NTA), no âmbito da UFG, e adquirir equipamentos comunicacionais para o Media Lab e os laboratórios de acessibilidade informacional, visando o desenvolvimento e a produção de material didático-pedagógico na perspectiva da acessibilidade.

Extensão e acessibilidade

O sétimo e penúltimo eixo diz respeito à “Extensão e Acessibilidade”. Castanho e Freitas (2006) nos lembram que o processo de inclusão é complexo e necessita do envolvimento de todos, na instituição de ensino superior; assim, a conscientização e informação da comunidade, das famílias, da própria pessoa com deficiência, dos seus colegas de sala, dos professores e de toda a comunidade acadêmica quebra preconceitos e minimiza barreiras. A extensão universitária pode ser uma excelente ferramenta para que esse objetivo seja atingido.

Este eixo sobre extensão universitária é composto de quatro metas. A primeira diz respeito à implementação de um programa de comunicação com a comunidade universitária, para sensibilização e reconhecimento dos valores sociais da convivência na diversidade e num ambiente acessível a todos. Desta meta fazem parte as seguintes ações: divulgar as ações de acessibilidade na UFG; implantar o projeto de sensibilização quanto à reserva de vagas nos estacionamento; implementar o projeto de disseminação da informação e sensibilização da comunidade universitária a respeito do convívio com a diferença e da educação como direito de todos.

Na segunda meta, busca-se realizar eventos sobre acessibilidade e educação inclusiva e/ou eventos acessíveis às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio das seguintes ações: realizar eventos anuais sobre a acessibilidade na educa-

ção básica e no ensino superior, visando constituir um espaço de interação e diálogo sobre a política institucional de acessibilidade; disseminar nos eventos científicos da UFG a discussão da acessibilidade e inclusão; incluir o respeito à diversidade e os requisitos de acessibilidade nos princípios da extensão universitária da UFG; assegurar, em igualdade de condições, o acesso da pessoa com deficiência a jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer na UFG; melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiências em ambientes culturais e de conhecimentos permanentes na UFG.

A terceira meta visa incentivar a articulação entre projetos de extensão em educação especial/inclusiva, acessibilidade e inclusão, por meio de apoio e incentivo para submissão conjunta de propostas às agências de fomento. A quarta meta se refere ao apoio a participação de representantes do Sinace em eventos acadêmicos e/ou institucionais sobre acessibilidade e educação inclusiva, para divulgar as ações dos núcleos de acessibilidade, buscando novos conhecimentos e parcerias em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais, por meio de publicações científicas em periódicos, revistas especializadas, anais e outros meios afins.

Recursos humanos

O oitavo e último eixo tem como denominação “Recursos Humanos e Financiamento da Política de Acessibilidade”. Os recursos financeiros e humanos são fundamentais para a melhora da acessibilidade na instituição de ensino superior. Reformas, construções acessíveis e compra de equipamentos de tecnologia assistiva são ações que necessitam de recursos financeiros. Oliveira, Melo e Elali (2008) relatam que, para o atendimento educacional especializado no ensino superior, necessita-se da atuação de uma equipe multidisciplinar, com profissionais de diversas áreas (ciências humanas, saúde, tecnologia). A Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) dispõe que os intérpretes de Libras e os professores de apoio que irão atuar no ensino superior tenham formação de ensino superior, pois a complexidade deste espaço não permitiria a atuação de um profissional de ensino médio. No entanto, as instituições federais de ensino superior não possuem códigos de vagas para a contratação desses profissionais.

Para esse eixo, as metas propostas buscam definir estratégias para a contratação de técnico-administrativos e outros profissionais, tendo em vista atender às demandas da educação inclusiva na UFG, por meio de reuniões

com o MEC; buscar recursos da UFG para infraestrutura, comunicação, informação e atividades de ensino, pesquisa e extensão; e captar recursos nos ministérios federais e nas agências de fomento.

Considerações finais

A inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, em todos os níveis, da educação infantil à pós-graduação, já é um direito adquirido desde a década de 1990. No entanto, muitos desafios e barreiras ainda precisam ser superados. O número de discentes com deficiência no ensino superior tem aumentado progressivamente e os núcleos de acessibilidade das universidades federais têm buscado um atendimento digno para esses alunos, superando a mera presença dessas pessoas nas instituições e garantindo, também, sua permanência e aprendizado.

No entanto, a inclusão é um elemento complexo, exigindo atendimento às necessidades educacionais especiais de indivíduos com diferentes deficiências, as quais resultam em necessidades específicas e diversas, nas diversas dimensões da acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal). Nenhum órgão sozinho, dentro da instituição, tem condições de abraçar tamanha complexidade. Desta forma, acreditamos que o núcleo de acessibilidade deva ser um órgão articulador da política para a acessibilidade, com suas metas e ações, e que toda a universidade deve estar envolvida nas discussões e ações de inclusão.

Na Universidade Federal de Goiás, a construção da política de acessibilidade foi um momento valioso, no qual muitos atores se dedicaram à discussão das ações que já vem sendo realizadas, dos direitos e necessidades das pessoas com deficiência, e de como melhorar a acessibilidade nesta instituição. No entanto, o controle e a execução de cada uma das metas e ações serão importantes para que a efetivação da inclusão, permanência e aprendizagem do discente com deficiência aconteça realmente.

Mais que isso, é preciso implementar ações efetivas que transformem leis escritas em mudança social. É neste sentido que a implementação do documento aqui exposto sustenta passos seguros para a ampla participação e a articulação da comunidade da UFG no processo de valoração da acessibilidade, o qual, neste contexto, deixa de ser pura obrigação, avançando e compondo o pleno exercício de cidadania.

Referências

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>.

BRASIL. *Associação Brasileira de Normas Técnicas NBR 9.050*, 2015. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_164.pdf>.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/constituicao_federal_35ed.pdf>.

BRASIL. *Decreto nº 3.956*. Convenção da Organização dos Estados Americanos, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto3956.pdf>>.

BRASIL. *Decreto nº 5.296*, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>.

BRASIL. *Decreto nº 7.234*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>.

BRASIL. *Decreto nº 7.611*, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>.

BRASIL. *Decreto nº 6.949*, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>.

BRASIL. *Lei nº 12.764*. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, 2012. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>>.

BRASIL. *Lei nº 13.146*. Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015. Disponível em: <<http://www.senadorpaim.com.br/uploads/downloads/arquivos/daed457c4a7524302b56e700fa609419.pdf>>.

BRASIL. *Lei nº 10.436*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lei10436.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Aviso circular nº 277/MEC/GM*, Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/aviso_circular277.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 2.678*, de 24 de setembro de 2002. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2002/por2678_24092002.doc>.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 3.284*, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria3284.pdf>>.

BRASIL. SECADI/SESU. *Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na educação superior*, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192>.

CASTANHO, Denise Molon; FREITAS, Soraia Napoleão. Inclusão e prática docente no ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, n. 27, p. 93-99, 2006. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.

CONEB. Conferência Nacional de Educação Básica, 1., 2010, Brasília, DF. Documento final. Brasília: MEC, 2008.

CONAE. Conferência Nacional de Educação, 2010, Brasília, DF. *Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias*. Documento final. Brasília: MEC, 2010.

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marília Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. *Ensaio*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, jan.-mar. 2009.

OLIVEIRA, Edja R. M. de; MELO, Francisco R. L. V. de; ELALI, Gleice V. M. de A. Acessibilidade e participação de estudantes com deficiência física na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 33, n. 19, p. 63-87, set.-dez. 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Sede das Nações Unidas, Nova Iorque, 2006. Disponível em: <http://www.mpggo.mp.br/portalweb/hp/41/docs/comentarios_a_convencao_sobre_os_direitos_das_pessoas_com_deficiencia.pdf>.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 22, n. 34, p. 197-212, maio-ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>.

ROMEIRO, S. A. L. V.; OLIVEIRA, I. N.; SILVÉRIO, C. C. P. O trabalho do tradutor intérprete de Libras-Português nas universidades federais brasileiras. In: CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS E LÍNGUA PORTUGUESA, 4., 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2014. Disponível em: <<http://www.congressotils.com.br/anais/2014/2957.pdf>>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação*, São Paulo, ano XII, p. 10-16, mar.-abr. 2009.

SIQUEIRA, Inajara Mills; SANTANA, Carla da Silva. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiências no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 1, p. 127-136, jan.-abr. 2010.

.....

Recebido em: 15 maio 2016.

Aceito em: 15 ago. 2016.